

Foucault, formação de saber, o poder disciplinar e o biopoder enquanto noções revolucionárias

Inês Lacerda Araújo
Professora do Programa de Pós-Graduação em Filosofia -
PUCPR

O domínio de trabalho de Foucault, o campo de sua reflexão, é a história do presente, a questão de como nos tornamos esse indivíduo que objetivou a si mesmo através de ciências nas obras *As palavras e as coisas* e *Arqueologia do saber*, esse sujeito dividido em normal e anormal, disciplinado, controlado como mostra em *História da loucura* e *Vigiar e punir*, e esse sujeito que forjou tecnologias para constituir um "eu", uma subjetividade, em *História da sexualidade*, *A Vontade de Saber*. Neste texto abordamos seu método de análise a fim de mostrar o que Foucault entende por ciência, discurso científico e como ele vê o poder e as tecnologias produzidas pelas relações entre saber e poder. Suas análises não só mostram uma nova dimensão para se repensar noções tidas como evidentes em filosofia da ciência, em filosofia da linguagem e em epistemologia, como para repensar o modo como se constituíram as ciências humanas, de um lado. De outro lado, revolucionam com uma interpretação do poder nas sociedades modernas ocidentais, poder que disciplina o indivíduo, que vigia e controla seu comportamento de modo objetivá-lo por meio de ciências, e também poder que permite ao Estado moderno governar sobre um novo objeto, a população, e de uma nova maneira, a dos sistemas de segurança. E isso em três dimensões: a primeira pelo espaço aberto pelas formações discursivas que constituem o homem como figura da finitude e como objeto para o saber ocidental; na segunda dimensão seu corpo individual é tomado pelo espaço aberto pela normalização disciplinar; e na terceira dimensão surgem as tecnologias que permitem o governo da vida pelo biopoder.

A ciência e o “método” “arqueogenealógico”, uma revolução epistemológica.

Foucault analisa os delineamentos de saber, os arquivos do saber de uma época, que são constituídos por temas, objetos, conceitos que surgem em certa *épistémê*, ou seja, em uma configuração de saber. Um objeto não se encontra pronto na realidade, esperando para ser descoberto e ter sua organização interna explicada. Os objetos são forjados numa trama de relações chamadas "formações discursivas"; eles ocupam um lugar na ordem das coisas e têm um uso diferente em cada configuração histórica do saber.

Como exemplos, as seguintes formações discursivas: a da psicopatologia, que em fins do século 18 entronizou a loucura entrou no campo do saber médico, e se tornou objeto de saber; assim, normalizar, medicalizar o comportamento humano, a preocupação com parâmetros de avaliação do corpo saudável, fez do corpo alvo de saber médico/científico; outro exemplo, o tema da circulação das riquezas atribui um papel à moeda como meio universal de troca; na formação discursiva da biologia surge o objeto vida, o ser vivo como tendo uma estrutura invisível e uma história evolutiva. Essa mesma formação dá condições para o surgimento da psicologia (cf. “As Palavras e as Coisas”).

Foucault não faz uma história das idéias, nem uma história da evolução da ciência, nem discute se determinada teoria é verdadeira ou falsa. Ele analisa o modo como o saber se dispõe, vai se constituindo, fabricando temas e produzindo verdades. Seu objetivo é mostrar que, se os saberes foram sendo produzidos, não se deve tomá-los como simplesmente verdadeiros ou falsos, o que pode interessar do ponto de vista epistemológico, mas não do ponto de vista da arqueologia do saber que mostra seus usos diversos.

A análise arqueológica aponta para a *própria experiência da ordem do saber*. “Tal análise não provém nem da história das idéias,

nem da história das ciências: é, antes, um estudo que se esforça para encontrar a partir de que conhecimentos e teorias [a ciência e a filosofia] se tornaram possíveis; segundo que espaço de ordem se constitui o saber”, afirma Foucault (1966: 13).

A partir de fins dos anos sessenta, com *Ordem do Discurso* (1971, aula inaugural no Collège de France), e demais textos preparados para as aulas no Collège de France, que estão sendo editados (dos 13 cursos 8 já foram publicados), de *Vigiar e Punir* (1975) e de *História da Sexualidade* (1976, Vol I – 1984 Vols. II e III), Foucault incorpora à arqueologia do saber o procedimento genealógico.

A genealogia se mostrou mais adequada para pensar práticas como loucura, a medicina, a prisão, a sexualidade. Trata-se de práticas não discursivas que sujeitam os indivíduos a mecanismos de poder; o indivíduo moderno "nasce" de relações de saber e poder; as ciências, especialmente as ciências psicológicas e as ciências bioestatísticas produzem relações de poder específicas.

Em geral, essas ciências são vistas pelo ângulo epistemológico, isto é, de sua cientificidade; a novidade da abordagem de foucaultiana é considerá-las como produtos de certas transformações históricas. O genealogista aborda as práticas que tomam o ser humano como objeto de estudo científico, cujo resultado é a formação de um novo tipo de saber com efeitos específicos de poder.

Pelo procedimento *arqueogenealógico* é possível mostrar que aquilo que tomamos por evidente e certo, foi saber produzido, tem um lugar, uma marca. Por isso mesmo pode ser criticado, transformado, e, até mesmo destruído. Foucault considera que a filosofia pode mudar alguma coisa no espírito das pessoas. Aquilo que se toma por óbvio é fruto de um tipo de dominação, embutida em saberes que carregam poderes, e que a própria humanidade produziu.

Pensar e denunciar a relação entre verdade, saber e poder é o trabalho do genealogista, crítico do presente, desestabilizador das evidências. Não há necessidades universais na existência humana. Tal como Nietzsche, o filósofo/historiador vê o lado cinza da

história. Enquanto a história tradicional é finalista, contínua, progressiva, para o genealogista não há essências fixas, leis de base, nem verdade fundada em princípios absolutos.

As recorrências, os jogos localizados, dispensam a busca de um sentido mais profundo, causal. Seu olhar contempla a superfície para detectar nossas máscaras, atento a detalhes, a minúcias. O sujeito moderno é fruto de certas interpretações, que muitas vezes se cristalizam em essências; mas elas provêm de práticas. Não há o segredo nem a verdade profunda, primeira ou final; tudo é já interpretação, e as interpretações foram impostas através de mecanismos e práticas históricos. O genealogista faz a história destas interpretações, de modo que a verdade é produzida em meio a conceitos dispersos, acidentes, erros (cf. ARAÚJO, 2008: p. 100-103).

Como nascem as ciências: o a priori histórico

As ciências nascem de um fundo histórico, o saber de uma época. O gênio criador e a verdade neutra e objetiva que a história da ciência, a epistemologia e a história das idéias proclamam e estudam para Foucault nada mais são que efeitos de transformações históricas, estão ligados a práticas discursivas e não discursivas. Sua análise se afasta tanto dos encadeamentos a priori como dos conteúdos imediatos da sensação, sem pretender tampouco sínteses transcendentais. No lugar da busca pela causalidade ou por causas, ele usa conceitos móveis que aproximam, isolam, se prestam para análise ao ajustar conteúdos concretos de modo original. O arqueólogo usa como que grelhas para fazer aparecer diferenças ou semelhanças, para visualizar uma ordem que se estabelece entre as coisas como se fosse uma lei interior. Isso demanda um olhar, uma atenção e um vocabulário novos. Isso porque não se trata nem de ler os códigos de diferentes culturas e nem de pretender lançar bases para teorias científicas nem de interpretações filosóficas.

O solo positivo da formação de saberes poderia ser aproximado ao conceito de paradigmas de Kuhn. No entanto, Foucault não pretende como Kuhn, resolver o problema da história das ciências; ele visa a experiência das ordens de saber, o a priori

histórico, a positividade histórica que dá condições para um saber se constituir, para teorias, conhecimentos, reflexões e ideias surgirem e se concretizarem. E isso leva a pensar a nossa época, a nossa cultura, mostrar que ela não é algo óbvio, assentado em uma objetividade verificável.

Pode-se argumentar que a noção de paradigma como modelo de que nascem teorias, tradições, conceitos científicos usados por uma comunidade de cientistas, também afirma que os objetos são constituídos no e pelo paradigma. Mas enquanto Kuhn analisa as ciências naturais e os procedimentos obrigatórios para atingir o status epistemológico de ciência, a estrutura ou modelo sem o qual ou sem os quais uma ciência não funciona (cf. KUHN, 1996: p. 15-20), Foucault afirma que “é no elemento do saber que se determinam as condições de aparição de uma ciência, ou pelo menos de um conjunto de discursos que acolhem ou que reivindicam os modelos de cientificidade” (1994a: 724). Quer dizer, sua análise não diz respeito, como no caso de Kuhn, às condições internas ao discurso científico, condições essas que são formais, linguísticas, semânticas, normativas, e que são estabelecidas para que certo enunciado pertença a uma ciência e não a outra, em suma, normas e modelos de formalização, cujo modelo é a Física. A Foucault, pelo contrário, interessa a *possibilidade de uma ciência em sua existência histórica*; o que lhe é exterior é justamente o campo de conjuntos discursivos; e estes diferem do modo como as ciências atuam e se organizam.

Em outras palavras, Foucault não faz epistemologia e sim arqueologia. O que não significa que ele considere dispensável a primeira. Simplesmente seu objetivo é outro. E isso se deve a que ele *não toma a verdade no sentido cognitivo*, isto é, como capacidade de conhecer mais e melhor a realidade através de representações mais acuradas. Seu campo de trabalho é o da descrição da *épistémè* na qual os conhecimentos estão como que mergulhados e da qual retiram sua positividade.

Portanto, seu objeto de análise não é a história da verdade cada vez mais próxima do real, cada vez mais aperfeiçoada pelo progresso técnico e científico, mas a *história das condições de possibilidade e de uso de verdade, de saber*, que Foucault chama de *solo positivo*. A arqueologia *não* descreve propriamente as ciências

em sua organização interna, ou seja, as ciências enquanto disciplinas com seu papel e suas implicações em termos de conhecimento e em termos de influência social, econômica, tecnológica.

Outra diferença com relação ao modo como Kuhn analisa a história das ciências, é que não é possível dar conta da cientificidade de uma ciência sem reportá-la ao campo de saber de uma época, isto é, de seu surgimento histórico e os efeitos que ela produz. Com isso ele evita a ilusão formalizadora, isto é, achar que as leis de formação histórica são as mesmas que as leis de existência (condições formais).

Por exemplo, o surgimento da psiquiatria no século 19 produziu uma nítida transformação de conceitos, temas, jogo de relações entre hospitalização, internamento, regras de exclusão social, regras de jurisprudência, normas do trabalho industrial e da moral burguesa, “enfim, todo um conjunto que caracteriza para essa prática discursiva a formação de seus enunciados” (FOUCAULT, 1969: 233). No curso “Os Anormais” Foucault detalha o modo como a psiquiatria surgiu, de que novos conceitos ela depende para se tornar ciência, para constituir um objeto de análise que, ao mesmo tempo, fosse suscetível de ser visto como algo patológico, mas diverso da loucura e fora do circuito do delírio; esse objeto é a anormalidade que surge a partir das noções de instinto, degenerescência e hereditariedade (cf. 1999: p.287-301).

Como fica a noção de ciência vista a partir de sua constituição em um solo de saber? Como elas são usadas? Quais são seus efeitos?

O que a arqueologia do saber exclui não é, portanto, a possibilidade das descrições diversas que o discurso científico pode produzir; é, antes, o tema geral do “conhecimento”. O conhecimento é a continuidade da ciência e da experiência, sua indissociável interconexão, sua reversibilidade indefinida; é um jogo de formas que se antecipa sobre todos os conteúdos na medida em que elas os tornam possíveis [...]. O conhecimento confia à experiência a tarefa de dar conta da existência efetiva da ciência; e ele confia à cientificidade a tarefa de dar conta da

emergência histórica das formas e do sistema aos quais obedece. O tema do conhecimento equivale a uma degeneração do saber. (1994a: 730).

Esse tema da ciência como atada ao conhecimento, portanto dentro do circuito epistemológico - ainda se liga a uma noção de sujeito constituinte, que serve como unidade do conhecimento e também ao tema histórico transcendental. Pensar desse modo exige a pressuposição de que a história tem um fundamento e um fim que a guiam e que a percorrem inteiramente. Para Foucault, pelo contrário, o saber não se subordina a nenhuma dessas noções que fundam a história e que dão a ela uma unidade; tais noções são incompatíveis com aquilo que Foucault pretende mostrar, a descontinuidade anônima do saber. Tema esse, aliás, alvo de críticas ácidas, como a de Habermas em “O Discurso Filosófico da Modernidade”, onde afirma que tais frios blocos de saber despojam “a história das regras de constituição do discurso de toda autoridade que valida e observa as modificações que se produzem nas formações discursivas” (1990: p. 240). Ou seja, Foucault se livra de qualquer ingerência normativa, algo impensável para quem, como Habermas, exige do discurso verdade, normas e compromisso pessoal. Foucault provavelmente responderia que as condições de poder por que passa o discurso se devem a transformações históricas e o poder do discurso vem de ele ter uma materialidade e ser suscetível de uso, de repetição (cf. a esse respeito ARAUJO, 2008: p. 221-223).

O arqueólogo do saber analisa uma ordem de saber de certa época, onde arranjos produziram objetos (e é deles que os cientistas se ocupam); o alvo desta análise é o *discurso*, cujas unidades são os enunciados; estes formam as práticas discursivas, que configuram uma *épistémè*, a qual pertence ao saber de uma época. “A análise das formações discursivas, das positividades e do saber em suas relações com as figuras epistemológicas e as ciências, é o que chamamos, para distingui-la das outras formas possíveis de história das ciências, análise da *épistémè*” (FOUCAULT, 1969: 249). As formações discursivas não se confundem com a ciência (paradigmas de Kuhn), nem com os discursos quase científicos (a pré-ciência kuhniana), nem levam a um futuro projeto de uma ciência (revolução científica),

mas, ao mesmo tempo, não excluem de per si toda e qualquer forma de cientificidade.

Características do discurso

Como a questão para Foucault não é cognitiva, isto é, não interessa a ele a verdade ou falsidade das proposições científicas, nem a investigação da consistência, coerência ou validade de uma teoria científica, tampouco as fontes ou fundamentos para todo e qualquer conhecimento, a questão é a da *produção histórica, concreta de saber*.

Analisar as formações discursivas significa localizar os objetos de saber, analisar seu surgimento, o acontecimento em sua exterioridade, e mostrar quais transformações esses objetos de saber sofrem. O discurso tem um suporte histórico, institucional, uma materialidade que permite ou proíbe sua realização. O sujeito do discurso não é a pessoa que realiza um ato de fala, nem o autor do texto, nem o sujeito da proposição. O sujeito é aquele que pode usar (quase sempre com exclusividade), determinado enunciado por seu treinamento, em função de ocupar um lugar institucionalmente estabelecido, de sua competência técnica. O enunciado pode ser usado ou reutilizado, entrar em tramas e circular conforme um interesse, uma prática; por exemplo, o enunciado do médico perito, um psiquiatra, para diagnosticar a doença mental; o do pedagogo para aferir a aprendizagem de uma criança; o do psicólogo para detectar distúrbios de comportamento. “O projeto de Foucault não é dizer se um enunciado é ou não científico, mas sim analisar aquilo que uma época pôde constituir como objeto para um saber no nível discursivo” (ARAÚJO, 2008: 64).

Como tal enunciado é usado e que efeitos produz, como tal discurso é controlado, qual é excluído e qual é beneficiado e prestigiado? Em função do que? Não há enunciado neutro, ele funciona e toma efeito numa prática discursiva que é prestigiada, em geral, pelo fato de produzir verdade. Verdade, por sua vez, especialmente na modernidade, é a da ciência (cf. FOUCAULT, 1971: 65). Assim, por exemplo: no discurso psicopedagógico, o alvo é a criança e seu aprendizado, por isso interessam os conceitos de comportamento, adaptação, inteligência, atividade, psicomotricidade;

é desse modo que um objeto de saber, neste caso o aprendiz e suas características psicológicas, pode se tornar alvo de intervenção da parte de uma ciência, ou no exemplo acima, de duas ciências, a pedagogia e a psicologia. Que esse tipo de discurso sobre o comportamento infantil tenha surgido em certa época (final do século 19) e que ele tenha esse tipo de emprego: testar, adaptar, conhecer, treinar se deve às novas exigências sociais e políticas da modernidade. Essa nova prática não se limita a procedimentos com pretensão à ciência, ela se faz presente nos textos jurídicos, na literatura, na filosofia, nas decisões políticas, na vida cotidiana. As formações discursivas que a disciplina “psiquiatria” permite localizar são investidas em outras práticas e decisões que fazem parte de nossa cultura, desde o século 19.

Para Foucault os elementos que entram na prática discursiva poderão ou não se constituir em discurso científico. Para ele o discurso científico, como não poderia deixar de ser, tem um rigor e normas próprias, obedece a um paradigma como analisa Kuhn. Mas para Foucault a questão se amplia quando situado no campo das práticas discursivas; o discurso científico apresenta uma forma de lidar com certos objetos, manipula conceitos, usa estratégias temáticas, em função de necessidades que todo discurso científico tem de obedecer a critérios experimentais ou formais (FOUCAULT, 1969: 234, 235). E tais necessidades surgem de condições que são da ordem do discurso.

As ciências e as práticas discursivas.

“As ciências aparecem no elemento de uma formação discursiva e sobre o fundo de saber” (1969: 240). Daí que as ciências naturais objetivam o saber de um modo inteiramente diverso do das ciências humanas, daí que o nível de cientificidade de ambas tenha relação com a formação discursiva na e da qual surgem.

Foucault não está preocupado em estabelecer as regras epistemológicas próprias a cada uma dessas ciências, e sim mostrar que quando um saber se forma e atinge o nível de ciência, de formalização, precisa usar regras epistemológicas, mas *isso só se dá a partir de uma formação discursiva*. Assim, quando ele analisa a medicina ou a psiquiatria, por exemplo, não entra no mérito

científico dessas ciências, nem discute seu método ou seus critérios de verdade ou falsidade. A prática discursiva forma elementos essenciais para a constituição de uma ciência, natural ou humana, sem que os elementos daquela prática sejam necessariamente destinados a uma ciência.

O *campo do saber* é ao mesmo tempo teórico e prático; descritivo e institucional; analítico e regulamentar; pode ser composto por decisões, afirmações, decretos; os campos de saber, “*não são ciências*” afirma Foucault (1994a: 712). Para caracterizar esses campos a distinção entre científico/não-científico, não é pertinente, uma vez que eles são “*epistemologicamente neutros*” (1994a: 712).

As normas e modelos de formalização podem ser estabelecidos pela própria ciência, como os procedimentos de laboratório para a biologia, ou por outra ciência, como a estatística. Isso caracteriza o que Foucault entende por discurso científico em termos epistemológicos. “O outro sistema [de análise] concerne à possibilidade de uma ciência em sua *existência histórica* (grifo meu). Ele lhe é exterior e não superponível” (1994a: 724). A organização e as ações nesse campo de conjuntos discursivos implicam em análises que diferem do modo pelo qual uma ciência se articula e atua. As formações discursivas têm níveis e limiares diversos. Algumas chegam ao nível de cientificidade outras não. O conceito de formação discursiva mostra que *a ciência não é “acúmulo linear das verdades ou ‘ortogênese’ da razão”* (1969: 245).

Em suma, o arqueólogo do saber se volta para o fato de uma ciência ser dada e existir como tal em sua efetiva dispersão, anonimato e temporalidade. Ele mostra que ela pertence a uma prática histórica.

A verdade e a arqueogenealogia

A verdade, no sentido arqueológico e genealógico, é produzida. A arqueologia do saber irá “reconstituir assim, o que se dá como verdade de constatação ou verdade de demonstração, a partir do patamar dos rituais, o patamar das qualificações do indivíduo de conhecimento, sobre o patamar da verdade

acontecimento” (1994b: 238). Esta verdade acontecimento deslocou a verdade ritual. O genealogista deverá mostrar como isso se deu.

Esta tecnologia, com efeito [foi] deslocada, recoberta, descartada, esta tecnologia da verdade-acontecimento, da verdade ritual, da verdade-relação de poder, diante e contra a verdade-descoberta, a verdade-método, a verdade-relação de conhecimento, a verdade que, conseqüentemente, se supõe e se situa no interior da relação sujeito-objeto (FOUCAULT, 2004a: 238).

A verdade/constatação, ou seja, aquela da ciência se sobrepôs e se impôs sobre a verdade revelação, que foi colonizada; não se ouve o grito do louco, por exemplo, faz-se tomografia do cérebro. A verdade científica colonizou e parasitou a verdade ritual, ela exerce uma relação de poder “tirânica” com relação à verdade ritual.

A esse processo de exorcizar o conhecimento, processo histórico, Foucault chamou de genealogia do conhecimento, que é o “reverso histórico indispensável à arqueologia do saber”; a genealogia começa a ser esboçada nos cursos de 1971 a 1974; qual seria, em última análise, aquilo que a genealogia da sociedade disciplinar, do governo da vida, da sexualidade, da anormalidade atinge, seu resultado? O saber "organizado em torno da norma que possibilita controlar os indivíduos ao longo de sua existência. Esta *norma é a base do poder, a forma do poder/saber que dará lugar não às grandes ciências da observação (...), mas àquelas que chamamos de 'ciências humanas': Psiquiatria, Psicologia, Sociologia*" (FOUCAULT, 1994b: p. 595). Foucault não privilegia, em sua análise, a matemática, a física, e sim as ciências da vida, as ciências humanas, as ciências “cartográficas”, a estatística, pois elas produzem saber que se relaciona a certos tipos de poder, como o de dominar e controlar as condições da vida, da saúde, da sexualidade, da loucura, da pedagogia, da cura, de governo da população.

A verdade/demonstração da ciência se difunde devido a transformações das *tecnologias do saber*; ela varia conforme se trate da astronomia, da medicina, da botânica, da prática judiciária. Houve uma extensão dos procedimentos de inquirição, do uso da testemunha, do modo como são obtidas informações, como circula o

saber, da coleta de material para verificações. Esse foi um longo e lento processo com desenvolvimento histórico que “constitui o instrumento de um poder político e econômico, o da sociedade industrial” (1994b: 246).

As técnicas de inquirição se aprimoram indo desde a fiscalização dos impostos, à fiscalização policial sobre o comportamento das pessoas, seu modo de viver, de pensar, de procriar; houve um refinamento dessas técnicas até chegar a nossa sociedade, com a colonização de gestos, comportamentos, corpos, territórios, populações. A verdade diz respeito a tudo, se distende, todos podem descobri-la, desde que passem por capacitação técnica. A análise dos dossiês da prática judiciária, por exemplo, mostra a formação das regras políticas e jurídicas de estabelecimento da verdade, que são responsáveis pela substituição da verdade que gira em torno da prova, de rituais, de acontecimentos, pela verdade da constatação, que é uma *tecnologia de verdade da ciência*. É preciso testemunhas para constatar a verdade em um tribunal. As ciências humanas e as ciências bioestatísticas produzem saber que tem um uso político, estratégico. A partir do momento em que o ser humano se tornou objeto de estudo científico, formou-se um novo tipo de saber que normaliza, controla, portanto, produz relações de poder.

A genealogia traz a tona os saberes sujeitados e os discursos desqualificados, e os usa contra os discursos globais. Ela produz um saber histórico das lutas e um uso tático desses saberes. Esses saberes desqualificados devem poder valer contra a teoria que os filtra, hierarquiza, ordena, em nome de um conhecimento verdadeiro. A verdade toma efeito, produz efeito, se desdobra, ela não é descoberta, verificada, constatada, a não ser no interior dos procedimentos científicos.

Foucault não critica os métodos ou os conceitos de uma ciência e sim os efeitos de sua institucionalização, que pode ocorrer tanto na universidade, no aparelho pedagógico, como em uma “rede teórico-comercial como a psicanálise, ou num aparelho político como no marxismo, pouco importa”, ressalta Foucault (1999: p. 14).

A sociedade disciplinar: um conceito revolucionário de poder

As práticas discursivas têm relação com outras práticas sociais, econômicas, culturais, justamente essa relação é o foco da genealogia. O modelo jurídico-político-formal de poder, não dá conta do funcionamento dos mecanismos da sociedade disciplinar e da vontade de saber.

Os mecanismos de poder *não se reduzem, exclusivamente, a um efeito econômico*. Foucault mostra um tipo de poder que não vem calcado na soberania e nem em recursos jurídicos; é um poder que reforça o poder jurídico, contratual, e o poder econômico. Trata-se de um poder que se exerce, que produz efeitos multiplicados pelas estratégias de saber e de verdade. O poder na sociedade disciplinar não funciona em termos de dominação/sujeição. Ele investe nas instituições de modo capilar, suas práticas são reais, seus alvos são específicos, seus efeitos são duradouros e deles a sociedade capitalista tem retirado o máximo de proveito, como a sujeição do corpo, do comportamento, a colocação da multiplicidade das forças em aparelhos, a utilização máxima das energias, desejos, pensamentos dos indivíduos. A sociedade disciplinar serve como luva ao capitalismo ao produzir o indivíduo adestrado, pelo qual o poder transita. Por isso obtém um efeito multiplicador e sem custo para o próprio poder soberano investir, usar, colonizar e lucrar. Se fosse válida a análise em termos de ideologia, de alienação, seria óbvia a pergunta, mas porque, se há conhecimento dessa ideologia influenciadora e dominante, dessa alienação que cega, não nos livramos disso? A resposta de Foucault é a de que saber, verdade e poder não alienam, não mascaram, não violam princípios, não ensinam luta de classe, e sim produzem corpos dóceis, sujeitos sujeitados ao poder disciplinar, uma individualidade que pode ser facilmente usada para controlar sem a violência da luta de classes. No entanto, há violência velada, aceitável, filtrada pelo rigor do saber e dos dispositivos tecnológicos de poder da norma. A burguesia limita-se a tirar proveito desses mecanismos. Ela utilizou os mecanismos de exclusão, as técnicas pormenorizadas da vigilância, da medicalização da sexualidade, da loucura, da delinqüência. O poder disciplinar é facilmente implantado, não onera, até dá lucro; tem um uso político, mas não ideológico, pois

ele não ilude, não mascara; seu efeito é produzir saber, articular dispositivos que incidem sobre o corpo, sujeitando forças, capacitando para o trabalho.

Essa mecânica polimorfa das disciplinas reconduziu até o poder jurídico todo um aparelho de saber, campos de conhecimento, que carregam um discurso, não o discurso da lei, mas o da regra natural, ou seja, o da norma. O campo de saber das ciências humanas é assentado sobre a normalização, a disciplina invade o direito pela ponte da medicina, cujo alvo é o corpo do indivíduo.

Como Foucault não cansa de ressaltar, a arqueologia do saber não cedeu lugar à genealogia do poder em seus estudos a partir de início dos anos 70. O genealogista precisa, para analisar os efeitos das práticas não discursivas, das descrições e objetivações do arqueólogo do saber. As formações discursivas se ligam à análise que diagnostica as relações entre saber e poder, que tecem o biopoder (poder de gerir a vida da população, sua saúde, o que garante governamentalidade), a disciplinarização dos corpos dos indivíduos, o que garante obediência e docilidade.

Acrescente-se a isso a vontade de saber sobre o que é o sujeito, sobre o que é sua verdade a mais íntima, que usa das tecnologias confessionais, o que irá constituir grosso modo, a subjetividade moderna. O poder disciplinar é acentuado e revitalizado pelo poder das tecnologias de produção do eu, da subjetividade. Portanto, não basta afirmar que o poder reprime como analisam Reich, Marcuse, Freud, mas sim mostrar os mecanismos de que o poder dispõe e como se utilizam esses mecanismos, as relações de força, de combate, de enfrentamento que as relações de poder suscitam. Foucault analisa os efeitos de poder/saber sobre o indivíduo; esse poder não é ideológico; ele produz discursos de verdade, ele faz circular em certas instituições o discurso verdadeiro, produtor de saber, pelo qual “somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a tal maneira de viver ou a certa maneira de morrer, em função de discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder”(1999, p. 29). Sua análise não utiliza os conceitos de repressão, de mentalidade burguesa nem de necessidade da indústria capitalista. Nas novas tecnologias do eu, nos mais diversos domínios sociais, “a

sexualidade se torna o dispositivo geral que explica o conjunto da personalidade humana”, explica Foucault (1994c, p. 660).

O governo da vida e o nascimento do Estado moderno

O biopoder se constituiu no século 19. A vida é assumida pelo poder, há uma estatização do biológico. A vida precisa ser moldada e conservada, e a morte é questão decorrente da necessidade de fazer viver. Essa nova modalidade de poder sobre a vida, não atua no nível da filosofia ou da teoria política, mas no nível dos mecanismos, técnicas, tecnologias do poder. Há quatro cursos no Collège de France em que o tema do biopoder é conceituado e analisado, bem como são mostradas suas consequências para a governamentalidade moderna. São eles “Em defesa da sociedade” (1975-76); “Segurança, Território, População” (1977-78); “Nascimento da biopolítica” (1978-79); “Do governo dos vivos” (1979-80). Apenas este último ainda não foi editado.

O biopoder é essa tecnologia que prolonga os efeitos do poder disciplinar; seu alcance é mais vasto, seu alvo é o homem como ser vivo. Enquanto tecnologia, o biopoder organiza a população de modo a torná-la um só corpo, que pode ser transformado, regularizado. A vida, com os fenômenos de nascimento, óbito, produção, doença -, forma o campo da “biopolítica” da espécie humana. Ao biopoder importam taxa de natalidade, taxa de mortalidade, modos e níveis de reprodução, a fecundidade. Todos esses fatores exigem a formação de saberes rigorosos e um controle político cerrado. Por exemplo, a medição estatística, as primeiras demografias, as políticas de natalidade, os indicadores de morbidade. É preciso examinar, analisar, cuidar e estabelecer os custos das doenças que incidem sobre a população.

Saber e verdade são reconduzidos ao discurso belicoso do Estado através do uso pleno da disciplina, da disposição e do arranjo eficaz de toda uma rede de saber técnico. Surgem em função disso as repartições públicas, que cuidam de obras (como as minas, estradas); vem daí a necessidade de homogeneizar, classificar, centralizar o saber médico, dar regras uniformes à população, cuidar dela através da criação de hospitais, da prática da higiene pública.

Desse modo vai se constituindo todo um aparato para cuidar da higiene pública, é solicitado o trabalho dos médicos, informação estatística, normalização do saber, aprendizado de medidas de higiene, enfim, há toda uma medicalização da população. Nas sociedades industriais, contam os fatores da velhice (idade de aposentadoria), acidentes, enfermidades, anomalias que devem ser cuidados. Com a biopolítica as instituições assistenciais passam a funcionar de modo mais racional e expandido. Todo um aparato legal e institucional surge com a seguridade social, com os seguros de vida e para aposentadoria, necessidade de poupança. Os seres vivos e o meio, geográfico, climático, hidrográfico precisam ser adaptados um ao outro. A população vivendo nas cidades requer contínua intervenção do poder com a biopolítica. Trata-se, portanto, da população como problema para o poder político, científico e biológico.

É preciso atender às ocorrências aleatórias, corrigi-las a fim de perceber as séries, os delineamentos mais gerais dos fenômenos populacionais. São funções do Estado a previsão, as estimativas estatísticas, as medições globais que levam a decisões políticas de elevar ou baixar isto ou aquilo (taxa de natalidade, por exemplo). Ao mesmo tempo estimulam, regulam, prevêm as médias ideais, criam mecanismos previdenciários. Numa palavra, a população é regulamentada.

Na modernidade, o poder disciplinar visa o corpo e o comportamento do indivíduo; para seu funcionamento forma inventadas ou adaptadas as escolas, prisões, quartéis, hospitais, hospícios; eles permitem vigilância, exame e punição a um só tempo, de modo eficiente, sem desperdício de tempo, e constituem, com sua arquitetura que joga como o visível (aluno, delinquente, louco, operário, soldado) e o invisível (o poder relacionado com o saber); trata-se, enfim, da sociedade do panoptismo. Seu movimento percorre os seguintes fatores: corpo – organismo- disciplinas – instituições. Ao lado deste, há o poder sobre fenômenos globais, de população, que incidem sobre processos biológicos ou biossociológicos das massas humanas. Seu movimento percorre os seguintes fatores: população – processos biológicos – mecanismos regulamentadores/previdenciários – Estado. É um poder mais difícil

de exercer, mais oneroso do que o poder disciplinar, uma vez que requer órgãos complexos de coordenação e de centralização.

O biopoder serve também para estabelecer uma linha divisória entre o que deve permanecer vivo e o que deve morrer, fragmenta o campo biológico em termos de raças. Eliminar o anormal, as espécies inferiores, os degenerados, a fim de fortalecer a espécie sadia, que poderá proliferar. “A raça, diz Foucault, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização” (1999, p. 306).

Nazismo, fascismo, stalinismo, e diversos conflitos raciais e culturais da atualidade (basta ver a questão palestina), não decorrem de ódios históricos antigos tão somente, mas na nova governamentalidade são filtrados pelo discurso biopolítico. Na sociedade da normalização e pela normalização da sociedade. Foucault revoluciona a filosofia política, coloca-a em novas bases, a da vida com a articulação entre o meio a natureza humana, a do controle da população e a do surgimento de uma economia liberal, bases pela quais o estado moderno governa. Seus dispositivos, como ele mostra em “Segurança, Território, População”, provêm de modificações do estado territorial que foram basicamente práticas econômicas geridas por mecanismos de segurança, de gestão da população, em que o direito público, a polícia repressora, o aparelho militar e diplomático são integrados por uma nova forma de governamentalidade (ou “governabilidade”, como alguns traduzem *gouvernementalité*).

Em uma palavra, se preferirem, a nova governamentalidade, que no século 17 havia acreditado poder investir-se inteiramente em um projeto exaustivo e unitário de polícia, encontra-se agora em uma situação tal que, de um lado, ela deverá se referir a um domínio de naturalidade que é a economia. Ela terá que gerir as populações. Ela terá também que organizar um sistema jurídico de respeito às liberdades. Ela terá que se dar, enfim, um instrumento de intervenção direta, mas negativo que será a polícia. [...] O antigo projeto de polícia, tal como ele havia aparecido em correlação com a razão de Estado, se desloca, ou antes, se decompõe em quatro elementos – prática econômica, gestão da população, direito e respeito às liberdade, polícia – quatro

elementos que vêm se somar ao grande dispositivo diplomático-militar, o qual não se modificou em nada no século 18 (FOUCAULT, 2004b: 362).

Assim Foucault mostra que a razão de Estado, que surge a partir de modificações da soberania dos impérios (século 12 a 15), na qual o poder vai além da soberania para uma arte de governar, na qual a natureza é regida por princípios fundamentais e na qual a felicidade dos homens depende do príncipe cujo governo mantém o Estado administrado pela polícia, com forças bem empregadas no que diz respeito ao exército e no campo diplomático –, essa razão de Estado sofre uma transformação: há urbanização, a produção deve ser livre, a população deve ser governada, mantida saudável para produzir e para consumir. Os mais fracos são os enjeitados, os que não produzem nem bens, nem saúde; aqueles para os quais não vale a pena governar. E isso vem até hoje. O Estado é resultado desse tipo de governamentalidade moderna.

Conclusões

Toda ciência se forma num campo de saber; Foucault se interessa pela constituição das ciências e não pela sua estrutura interna, suas condições epistemológicas. As técnicas de inquirição saem do domínio jurídico para o domínio epistemológico: elas constituem o método de experimentação nas ciências naturais. Tais técnicas quando empregadas como método nas ciências humanas têm efeitos completamente diferentes: o discurso científico carrega relações de saber e de poder, através de tecnologias, como o exame, o questionário, os dossiês, o interrogatório, a estatística. Em nossa sociedade, ao lado da lei, a norma funciona para adestrar o corpo. Em termos de sociedade é a população que precisa ser mantida ativa e saudável, e assim governável pelo biopoder. O Estado moderno depende dos mecanismos de regulação e de segurança, depende de elementos que o tornam governável.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, I. L. *Foucault e a crítica do sujeito*. 2 ed. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

_____. *Foucault, a história, a guerra e a política na atualidade (ou da relação entre Bush e o Viagra)* www.clicdata.com.br.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Les mots et les choses*. Paris, Gallimard, 1966.

_____. *L'archéologie du savoir*. Paris, Gallimard, 1969.

_____. *L'ordre du discours*. Paris : Gallimard, 1971.

_____. *Dits et écrits*. « Sur l'archéologie des sciences. Réponse au Cercle d'épistémologie ». Paris, Gallimard, 1994a.

_____. *Dits et écrits*. « La vérité et les formes juridiques ». Paris, Gallimard, 1994b.

_____. *Dits et écrits*. « Interview de Michel Foucault ». Paris, Gallimard, 1994c.

_____. *Les anormaux*. Paris, Seuil/Gallimard, 1999.

_____. *Le pouvoir psychiatrique*. Paris, Seuil/Gallimard, 2004a.

_____. *Sécurité, territoire, population*. Paris, Seuil/Gallimard, 2004b.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Trad. de Ana Maria Bernardo *et alli*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1990.

KUHN, Thomas. *The structure of scientific revolutions*. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1996.